GABARITO PRELIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



<u>ATENÇÃO</u>: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Durante uma sessão de psicoterapia, o paciente relata ter pensamentos recorrentes de agredir fisicamente um colega de trabalho e fornece detalhes que indicam um risco iminente de violência contra essa pessoa. Considerando o Código de Ética Profissional do Psicólogo no Brasil, qual é a conduta correta a ser adotada pelo psicólogo?

- Registrar a informação para futuras análises, mas não tomar nenhuma atitude imediata, mantendo o sigilo e o vínculo terapêutico.
- Manter o sigilo absoluto, pois o respeito à confidencialidade é inviolável, independentemente do conteúdo das informações reveladas.
- Interromper imediatamente a sessão e encaminhar o paciente para um serviço especializado, sem informar terceiros, para preservar a privacidade.
- Avaliar o risco e, se constatada a iminência de danos a terceiros, adotar as medidas necessárias para prevenir o mal, quebrando o sigilo conforme os limites éticos e legais. — OPÇÃO CORRETA.

Questão 02

Em uma sessão de terapia de casal, um dos parceiros revela informações confidenciais relativas a uma experiência prévia de trauma pessoal, que o outro parceiro desconhecia e solicita que esse conteúdo permaneça restrito. Face a esse cenário e, ainda, considerando as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo, quanto à postura profissional do terapeuta, assinale a afirmativa correta.

- Utilizar a informação de forma parcial, compartilhando apenas os aspectos que possam contribuir para o processo terapêutico do casal.
- Ignorar o pedido e discutir a informação abertamente, considerando que a transparência entre os parceiros pode favorecer a resolução de conflitos.
- Manter a confidencialidade das informações reveladas individualmente, respeitando o pedido do parceiro que as compartilhou, salvo se houver risco claro e imediato de dano. OPÇÃO CORRETA.
- Compartilhar a informação com o outro parceiro para facilitar a compreensão dos conflitos no relacionamento, mesmo sem o consentimento expresso visto o risco iminente de dano.

Questão 03

João, 35 anos, portador de transtorno bipolar, apresenta uma crise aguda que coloca sua integridade em risco, o que levou à sua internação involuntária em um hospital psiquiátrico. Considerando o cenário de João e a Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, trata-se de conduta correta da equipe de saúde:

- Realizar a internação involuntária somente mediante solicitação formal do paciente.
- Manter a internação por tempo indeterminado até que o paciente apresente completa estabilidade, independentemente da evolução clínica.
- Adotar a internação involuntária como última alternativa, mediante criteriosa avaliação clínica, com garantia dos direitos e da integridade do paciente. – OPÇÃO CORRETA.
- Proceder à internação sem a necessidade de acompanhamento jurídico ou revisão periódica, visto que a proteção do paciente se sobrepõe a esses aspectos.





Em decorrência das medidas adotadas durante a pandemia, um perito psicólogo, designado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realiza a avaliação psicológica de um acusado por meio de videoconferência. Durante o procedimento, o perito segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 944/2020 do TJMG. Trata-se de uma das condições impostas pela referida normativa para a realização de avaliações psicológicas remotas:

- A avaliação remota é autorizada apenas para casos em que o avaliado não possa ser localizado, dispensando a verificação de identidade e a formalização do procedimento.
- A avaliação remota pode ser realizada sem a necessidade de obtenção do consentimento informado do avaliado, uma vez que a situação emergencial dispensa formalidades.
- O perito deve garantir a identificação inequívoca do avaliado, bem como obter seu consentimento especificamente informado para a realização da avaliação por meio virtual. OPÇÃO CORRETA.
- Não é necessário que o perito registre ou documente os procedimentos adotados durante a avaliação remota, pois a tecnologia empregada assegura automaticamente a validade técnica do laudo.

Questão 05

Ana, 40 anos, diagnosticada com transtorno esquizotípico, está sendo acompanhada em regime ambulatorial. Preocupada com comportamentos atípicos, sua família insiste na internação compulsória, mesmo na ausência de evidência de risco imediato de dano. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, a atitude correta a ser adotada pela equipe de saúde diante da situação de Ana é:

- Recusar a internação, pois a decisão da família não pode interferir na autonomia do paciente.
- Proceder imediatamente com a internação compulsória, atendendo exclusivamente à solicitação da família.
- Encaminhar a paciente para internação apenas para satisfazer a preocupação familiar, sem considerar o real quadro clínico.
- Realizar uma avaliação clínica detalhada para determinar se há risco iminente de dano e optar pela internação involuntária somente se esse risco for comprovado. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 06

Em um processo judicial, um laudo pericial elaborado por meio de avaliação psicológica remota é apresentado como prova. O juiz questiona a validade do laudo, considerando o formato utilizado. De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 944/2020 do TJMG, qual afirmação sustenta a validade desse laudo de forma correta?

- O laudo não possui validade, pois a avaliação remota impede a observação completa dos sinais comportamentais e emocionais do avaliado.
- O laudo é válido somente se houver posterior complementação por meio de uma avaliação presencial, que confirme os achados remotos.
- O laudo pode ser aceito, independentemente de formalidades, pois a excepcionalidade da situação justifica a flexibilização dos critérios técnicos e documentais.
- A avaliação remota e o respectivo laudo são válidos, desde que tenham sido cumpridos todos os requisitos procedimentais, como o registro adequado da sessão, a obtenção do consentimento informado e a verificação da identidade do avaliado. — OPÇÃO CORRETA.





O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem por objetivo "assessorar a Justiça de Primeira e Segunda Instâncias na individualização da aplicação e da execução das medidas socioeducativas, penas e medidas de segurança aos pacientes judiciários, através de proposições fundamentadas na Lei Federal nº 10.216/2001", conforme estabelecido no art. 1º da Resolução TJMG nº 944/2020. Maria Helena é técnica judiciária da especialidade psicólogo judicial e atua em uma equipe interdisciplinar composta por uma assistente social e um bacharel em direito, em um Núcleo Regional do PAI-PJ. Recentemente, foi inserido por determinação do juiz competente, um paciente judiciário no PAI-PJ. Trata-se de João Carlos, 30 anos, que apresenta tendência a agir com agressividade, impulsividade e automutilação. O advogado de João Carlos solicitou a avaliação para o ingresso no PAI-PJ, pois, após conversar com a família, entendeu que seria possível que ele tivesse algum transtorno mental, e que, se isso fosse confirmado, iria requerer um acompanhamento especializado. Com a avaliação, João Carlos foi diagnosticado com transtorno de personalidade limítrofe.

Considerando o funcionamento do PAI-PJ, sobre as ações necessárias para o acompanhamento de João Carlos no Programa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A equipe interdisciplinar deve realizar o acompanhamento jurídico e clínico-social de João Carlos, tendo o devido zelo para que a fala, o saber e o consentimento dele sejam considerados na proposição de soluções que concernem à sua responsabilidade.
- **II.** Manter contato, discussões e articulação intersetorial permanente, conectando o sistema jurídico às redes públicas assistenciais necessárias à efetivação do projeto de atenção integral a João Carlos, tais com a rede pública de saúde e social.
- **III.** Maria Helena e a assistente social, visando acompanhar o caso, deverão realizar entrevistas com João Carlos, com seus familiares, fazer visita domiciliar e discutir com a rede de apoio psicossocial, que possibilitará elaborar um projeto de ampliação dos recursos de sociabilidade adequados à singularidade do caso de João Carlos.
- **IV.** Em caso de realização de perícia criminal, em qualquer fase do processo, a equipe do núcleo regional deverá ser afastada para não influenciar as ações da equipe pericial.

Está correto o que se afirma apenas em

- ||.
- le III.
- III e IV.
- I, II e III. OPÇÃO CORRETA.

Questão 08

A Resolução CNJ nº 487/2023 estabeleceu que a autoridade judicial competente para a execução penal deve determinar a elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) para todos os pacientes em medida de segurança que ainda estiverem internados em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, em instituições congêneres ou unidades prisionais. Com base na Resolução CNJ nº 487/2023, sobre o Projeto Terapêutico Singular (PTS), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PTS se caracteriza por um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas para um indivíduo, uma família, ou comunidade, como resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar e centrado na singularidade da pessoa em tratamento.
- **II.** O PTS deve contribuir para a estratégia compartilhada de gestão e de cuidado, possibilitando a definição de objetivos comuns entre equipe e sujeito em acompanhamento em saúde.
- **III.** Mediante a elaboração do PTS, deverá ser promovida a articulação interinstitucional permanente do Poder Judiciário com as Redes de Atenção à Saúde e Socioassistenciais, em todas as fases do procedimento penal.
- IV. A imposição de medida de segurança de internação ou de internação provisória, caso ocorra por excepcionalidade, deve ser compreendida, entre outros aspectos, como recurso terapêutico momentaneamente adequado no âmbito do PTS desenvolvido para a pessoa com transtorno mental.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. OPÇÃO CORRETA.
- I e III, apenas.
- I e IV, apenas.
- II e IV, apenas.





Marcela é psicóloga e compõe uma Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP). Tal equipe tem como finalidade acompanhar o tratamento das pessoas com transtorno mental durante todas as fases do procedimento criminal. Considerando a Resolução CNJ nº 487/2023, sobre as possíveis frentes que envolvam a atuação da EAP, analise as afirmativas a seguir.

- I. Apoiar o encaminhamento de pessoas submetidas ao cumprimento de pena, e que tenham necessidade de tratamento em saúde mental, para os serviços da Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Proteção Social.
- **II.** Realizar avaliações biopsicossociais a cada noventa dias de pessoas com transtorno mental cumprindo medida de internação para verificar a possibilidade de reversão do tratamento para modalidade em liberdade ou para extinção da medida.
- III. Apoiar ações e serviços para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei na Rede de Atenção à Saúde (RAS) e para viabilizar o acesso à Rede de Atenção Psicossocial.
- **IV.** Mobilizar, juntamente com outras equipes conectoras, a Rede de Atenção Psicossocial visando à integração entre as práticas inerentes à justiça criminal e à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas. OPÇÃO CORRETA.
- II e IV, apenas.

Questão 10

Maria, 28 anos, está envolvida em uma disputa judicial pela guarda de seu filho. Durante o processo, foi solicitada uma avaliação psicológica para verificar a sua capacidade de cuidar do menor e, consequentemente, fundamentar a decisão judicial. No decorrer da avaliação, o psicólogo coleta dados clínicos e observa aspectos comportamentais e emocionais, integrando informações obtidas tanto da entrevista clínica quanto de testes padronizados. O laudo pericial elaborado, que incorpora os dados técnicos e científicos da avaliação, adquire relevância jurídica, servindo de subsídio para a decisão do juiz sobre a guarda, configurando, assim, o ato jurídico como operador clínico.

Tendo como referência o caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que define corretamente o conceito de ato jurídico como operador clínico na avaliação psicológica forense.

- O ato jurídico é tão somente um procedimento administrativo, desprovido de quaisquer relações com os dados clínicos obtidos na avaliação psicológica.
- O ato jurídico consiste na simples assinatura do laudo pericial, sem que tenha qualquer impacto nas decisões judiciais, por ser um documento meramente informativo.
- O ato jurídico é o laudo pericial que, ao integrar dados clínicos e científicos da avaliação, opera como instrumento decisório no âmbito judicial, influenciando as deliberações do magistrado. OPÇÃO CORRETA.
- O ato jurídico se caracteriza pelo uso de técnicas clínicas que visam à intervenção terapêutica, desconsiderando a necessidade de produzir efeitos legais e impactos nas decisões judiciais.

Questão 11

João, 32 anos, foi encaminhado para avaliação pericial no âmbito de um processo judicial após ter sido detido por condutas consideradas inadequadas em ambiente de convívio social. Durante a investigação, ficou evidenciado que, embora João tenha um diagnóstico de transtorno mental (especificamente, um transtorno do espectro esquizofrênico), ele não apresenta histórico de violência ou comportamentos agressivos. Além disso, relatos de familiares e de colegas indicam que ele mantém relações interpessoais estáveis e participa ativamente de grupos de apoio comunitário. A perícia solicitada visa esclarecer se a conduta de João reflete efetivamente uma periculosidade inerente ou se a presunção de periculosidade e a suposta incapacidade de sociabilidade se fundamentam em mitos generalizadores e estigmatizantes, desconsiderando o contexto clínico e social individual.

Considerando o caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que reflete corretamente a compreensão atual acerca dos mitos e práticas da presunção de periculosidade e da sociabilidade em indivíduos com transtornos mentais no contexto judicial.

- A presunção de periculosidade é justificada, pois todo indivíduo com transtorno mental apresenta riscos elevados de comportamento violento e é incapaz de manter relações sociais estáveis.
- A periculosidade de um indivíduo deve ser definida tão somente baseada em seus antecedentes criminais, independentemente de sua condição clínica ou dos recursos de tratamento disponíveis.
- A sociabilidade de um indivíduo com transtorno mental deve ser desconsiderada na avaliação pericial, pois a presença do diagnóstico garante a incapacidade de estabelecer relações interpessoais significativas.
- A presunção de periculosidade e a ideia de incapacidade de sociabilidade são mitos que não consideram a avaliação individualizada, pois fatores contextuais, histórico clínico e rede de apoio podem evidenciar a presença de comportamento social adaptativo e a ausência de riscos reais. OPÇÃO CORRETA.





O caso hipotético contextualiza as questões 12 e 13. Leia-o atentamente.

João, 23 anos, é filho único. Mora na cidade de Belo Horizonte-MG, junto com seus pais, Marli e Paulo. Segundo eles, o relacionamento com João sempre foi bom, com alguns desentendimentos ocasionais, mas nada preocupante. Entretanto, há, aproximadamente, dois anos, João começou a dizer que não sabia se queria terminar a faculdade, que não sabia o que queria fazer profissionalmente e que se sentia confuso com tudo. Segundo seus pais, ele se mostrava muito ansioso. Naquela ocasião, começou a fazer um acompanhamento psiquiátrico e psicológico, e o diagnóstico foi de depressão e ansiedade. Alguns meses depois de iniciado o tratamento, tanto o psiquiatra quanto o psicólogo, com a concordância de João, conversaram com Marli e Paulo. Nas duas ocasiões, ambos os profissionais disseram que João demostrava sintomas característicos do transtorno de personalidade antissocial e que seria importante que eles observassem os comportamentos de João. Começaram a perceber algumas mudanças e relataram que ele se mostrava insensível e frio em relação às pessoas com as quais se relacionava, inclusive com eles, agindo de modo agressivo, irritando-se com facilidade. Relataram que em mais de uma ocasião João se envolveu em brigas físicas, dirigia de modo imprudente, tendo sofrido dois acidentes e, ainda, fazia uso abusivo de álcool. Conversaram novamente com o psiquiatra e, posteriormente, com o psicólogo e, em ambas as ocasiões João não demonstrou entender a gravidade de seus atos e nem que seus comportamentos o colocassem em risco. Foi sugerido que João se internasse por um tempo, mas ele disse que não queria, que não precisava porque não havia nada de errado acontecendo.

Questão 12

Considerando a política de saúde antimanicomial e tendo como base a Lei nº 10.216/2001, que, em seu art. 4º, estabelece que a internação, em qualquer modalidade, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes e, ainda, diante da negativa de João, analise as afirmativas a seguir.

- I. A modalidade de internação possível no caso de João é a internação involuntária, que deve ser determinada judicialmente.
- II. A internação involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado onde se localiza o estabelecimento.
- **III.** Após a internação psiquiátrica involuntária de João, o responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido deverá, no prazo de quarenta e oito horas, comunicar ao Ministério Público Estadual, devendo esse mesmo procedimento ser adotado na respectiva alta.
- **IV.** João deverá, durante a internação, receber tratamento que garanta a sua assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, entre outros.

Está correto o que se afirma apenas em

- le III.
- II e IV. OPÇÃO CORRETA.
- I, II e III.
- I, III e IV.

Questão 13

Com base no caso hipotético de João, tendo em vista que, após a internação a continuidade do tratamento ocorra através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e, ainda, considerando a importância da política de articulação de redes, assinale a afirmativa INCORRETA.

- O Centro de Convivência e Cultura oferece espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade, podendo ser uma estratégia a ser utilizada no acompanhamento de João.
- João poderá ser atendido em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por equipe multidisciplinar, cujas atividades são realizadas de forma articulada com outros pontos de atenção em saúde e de outras redes que se fizerem necessárias ao seu atendimento.
- O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), é desenvolvido através do Projeto Terapêutico Singular (PTS), envolvendo, em sua construção, João e a equipe, podendo dar conhecimento aos pais dele, para que possam acompanhar o tratamento. – OPÇÃO CORRETA.
- A assistência prestada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) inclui atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico etc.); atendimento em grupo (psicoterapia, atividades de suporte social etc.); atendimento em oficinas terapêuticas; visitas domiciliares; atendimento à família e atividades comunitárias; entre outras específicas para cada modalidade de CAPS.





Ouestão 14

Considere a seguir o texto sobre a "A Construção do Caso Clínico em Saúde Mental" de Carlo Viganò, publicado na Revista Curinga, em dezembro de 2010.

Gostaria de fazer uma consideração sobre aquilo que entendo sobre a situação psiquiátrica em Minas Gerais, talvez em todo o Brasil. Assiste-se a um momento muito importante, que é o da passagem da consideração da loucura como doença, para a loucura como saúde mental. O tema é colocar uma condição fundamental para que essa passagem não se torne aquilo que, na Itália, chamamos de uma nova cronicidade. Quer dizer, tendo-se eliminado o significante doença, cria-se o tratamento do usuário, por toda vida, num regime de assistência social. Para que isso não aconteça, é necessário reencontrar a dimensão da clínica. Pode parecer paradoxal, porque a clínica está ligada à doença. Responderei a esse aparente paradoxo em quatro tempos, para poder dizer que a dimensão da clínica é a dimensão do homem.

(Curinga v.1, n. 0 (out. 1993) - Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, n. 31, dezembro de 2010. Adaptado.)

Com intuito de afirmar que a dimensão da clínica é a dimensão do homem, o autor menciona um paradoxo descrevendo-o em quatro tempos; analise-os.

- I. Caso clínico e caso social.
- II. A construção do sintoma.
- III. A solução a partir de muitos.
- IV. Alternativa entre terapia e reabilitação.
- V. A construção é o reverso do mercado da saúde.
- VI. O trabalho em equipe tomado entre debate democrático e autoridade clínica. Em outros termos: o que é que toma o lugar do saber na doença?

Está correto o que se afirma apenas em

- I, II, III e IV.
- I, III, IV e V.
- I, IV, V e VI. OPÇÃO CORRETA.
- II, III, IV e VI.

Questão 15

Um psicanalista atuante em um contexto clínico, ao descrever em uma entrevista sobre a sua abordagem teórica, afirma que a teoria e a técnica psicanalítica podem ser consideradas como uma obra em construção, mas, diante das inúmeras elaborações dos diferentes autores da psicanálise, cabe a mesma preocupação de Freud: "é preciso manter em mente as características técnicas e teóricas que definem a psicanálise como tal".

(Cordioli, Aristides Volpato e Colb. Psicoterapias: Abordagens atuais. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 156-157.)

Diante da reflexão mencionada pelo psicanalista, é possível afirmar que, independentemente do referencial em que o analista se baseia, os seguintes preceitos teóricos e técnicos mantêm-se constantes; assinale-os.

- Pensar psicológico; contratransferência; campo analítico; aliança terapêutica; e motivação para mudança.
- Aliança terapêutica; inconsciente; qualidade das relações de objetos; motivação para mudança; resistência; e id e super ego.
- Inconsciente; livre associação; resistência; transferência; contratransferência; campo analítico; neutralidade; e interpretação.
 OPÇÃO CORRETA.
- Contratransferência; aliança terapêutica; inconsciente; campo analítico; associação livre; sintoma; neutralidade; e motivação para mudança.

Questão 16

João, um jovem de 25 anos, faz uso intermitente de bebidas alcoólicas e tabaco (drogas lícitas) e, ocasionalmente, utiliza maconha (droga ilícita) em contextos de socialização. Preocupado com os riscos à sua saúde e ciente das dificuldades em buscar a abstinência completa, João decide participar de um programa de redução de danos. Considerando esse cenário, os princípios e os objetivos de uma política de redução de danos visam:

- Aplicar medidas punitivas e de criminalização, tendo em vista a eliminação do consumo de drogas por meio de ações repressivas.
- Focar exclusivamente em campanhas de conscientização para prevenir o início do consumo, sem oferecer suporte aos usuários já ativos.
- Enfatizar a abstinência total como única forma de garantir a saúde e a reintegração social, excluindo usuários que não se comprometem a parar completamente com o uso de drogas.
- Promover intervenções para minimizar os riscos e os prejuízos associados ao uso de drogas, sem impor a abstinência obrigatória, permitindo um cuidado contínuo e adaptado às necessidades do usuário. – OPÇÃO CORRETA.





Simão, 23 anos, enfrenta dificuldades relacionadas ao uso recorrente de álcool e *ecstasy*. Recentemente, sua família, preocupada com os conflitos e a instabilidade emocional causados pelo uso de drogas, buscou ajuda e foi orientada a participar de um programa de redução de danos. Nesse programa, além da abordagem sob princípio fundamental dessa política, há, também, a proposta de fortalecimento dos vínculos familiares e o suporte psicossocial ao usuário. Sobre a estratégia de redução de danos aplicada no contexto do caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- Adotar medidas repressivas que isolem o usuário de seu convívio familiar, para evitar a influência negativa dos conflitos domésticos.
- Impor a abstinência imediata como condição para a continuidade do suporte familiar, de modo a eliminar completamente o uso de drogas.
- Incorporar intervenções que visem à redução dos riscos associados ao consumo, integrando o suporte familiar como componente essencial para promover a melhoria na qualidade de vida e a estabilidade emocional do usuário. OPÇÃO CORRETA.
- Focar em campanhas de prevenção que desencorajem o uso de drogas e estimulem o cuidado com a qualidade de vida, já que oferecer suporte ao usuário ou à família durante o processo é atribuição de outros equipamentos de assistência.

Questão 18

Mariana, 35 anos, é atendida na Atenção Primária à Saúde (APS) e apresenta um histórico de uso de substâncias psicoativas, incluindo o consumo frequente de álcool e o uso esporádico de drogas ilícitas. Durante a consulta, a equipe multiprofissional identifica a necessidade de integrar estratégias de redução de danos à prática clínica, considerando a abordagem não estigmatizante e a adaptação às necessidades específicas da paciente. Com base nos desafios inerentes à política de redução de danos no âmbito da APS, trata-se de um dos principais obstáculos para a implementação efetiva dessas práticas na Atenção Primária:

- Exclusão das abordagens psicossociais em favor de intervenções farmacológicas imediatas.
- Obrigatoriedade da abstinência total como único critério para acesso aos serviços de saúde.
- Privação e isolamento do paciente em programas especializados, afastando-o do contexto comunitário e familiar.
- Insuficiência de recursos e carência de capacitação dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades do uso de substâncias. OPÇÃO CORRETA.

Questão 19

Um profissional da psicologia, ao receber um paciente para entrevista, observa atentamente o seu discurso, propriamente a linguagem e o modo como esse sujeito se posiciona diante de sua história de vida ao trazer suas queixas e fragilidades. Ao conversar com outro profissional, relatando sobre o caso, eles destacam o pensamento de um dos grandes historiadores da psicanálise e mencionam que:

Nas palavras do próprio Freud (1974, p. 19-20), "[...] o ser humano encontra na linguagem um equivalente do ato, equivalente graças ao qual o afeto pode ser redirecionado quase que da mesma forma. Em outros casos, são as próprias palavras que constituem em o reflexo adequado, por exemplo, as queixas, a revelação de um segredo que causa dor".

Considerando as reflexões em relação à linguagem, em uma perspectiva psicanalítica podemos afirmar que:

- Na teoria Freudiana, a linguagem personifica o passado, molda o presente e constrói o futuro, com o poder de criar sintomas e traumas.
- Na teoria Freudiana, são encontradas diversas funções de linguagem. Por isso, a linguagem não pode ser situada para além do lugar de origem da produção da expressão linguística.
- Freud afirma que, se por um lado a linguagem tem o poder de criar um ato, uma ação, de estabelecer as aspirações humanas, por outro, ela tem o poder de criar o trauma, a frustração e o sofrimento. OPÇÃO CORRETA.
- De acordo com Freud, tem-se o fenômeno contraditório da linguagem que tenta esquecer a própria linguagem; esse fator acontece pelos processos existentes no passado e no presente do sujeito.





Saussure (2006), conhecido como o pai da linguística moderna, concebia a língua como um sistema dual marcado por uma relação dicotômica e indissociável entre um significado e um significante na constituição do signo. Esse pensador propunha também uma distinção entre língua e fala; sendo a primeira o próprio aspecto estrutural da linguagem como um sistema semiótico, e a segunda o modo particular e singular como a fala se articula em relação à língua.

(MACHADO, Bruno Focas Vieira, 2011, p. 277.)

Um psicanalista, baseado no discurso do pai da linguística moderna, Saussure, ao atender um paciente, deverá pensar esse sujeito e seu discurso nos preceitos mencionados entre a língua e a fala, bem como suas características. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na linguagem, língua e fala são interdependentes e indissociáveis.
- II. Na linguagem, a língua é a parte essencial e a fala é a parte secundária.
- III. A fala é um conceito que podemos tomar como ponto de partida para se pensar o sujeito.
- IV. Saussure privilegia a língua em relação à fala em seu discurso sobre os aspectos formais da língua.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. OPÇÃO CORRETA.
- III, apenas.
- IV, apenas.
- I e II, apenas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Cadeia de palavras

Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um *habeas corpus*. Bom exemplo disso é a própria palavra "cadeia", com sua cadeia de sentidos entrelaçados.

No caso, tudo começou com o latim "catena", isto é, corrente, grilhão, conjunto de argolas de metal, geralmente de ferro, presas uma na outra para formar uma peça longa.

Por se prestar com excelência à função de prender pessoas, papel no qual se mostrava bem mais segura que a velha corda, a cadeia original acabou por nomear o próprio lugar onde se dava a privação de liberdade dos condenados, como sinônimo de prisão.

Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).

Contudo, isso era só o começo. A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, dessa vez de inspiração metafórica.

Por analogia com a ideia de elos, círculos encadeados, nasceu a acepção de cadeia como sequência de coisas ou eventos que têm natureza comum ou que são de alguma forma dependentes uns dos outros.

Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: falamos em cadeia de montanhas, cadeias de lojas e cinemas, cadeia alimentar etc.

Metáfora e metonímia, como vimos, são as forças que levaram a palavra da ancestral forja do ferreiro à reação em cadeia da era nuclear.

São o tempo e o vento do mundo das palavras: sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam e se reconfiguram.

Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo "volume". Suas diversas acepções podem ser agrupadas nos seguintes sentidos principais: quantidade ou massa; espaço tridimensional ocupado por um corpo; intensidade de som; cada um dos livros ou tomos que compõem uma obra maior.

O que todos os sentidos de volume têm em comum é o fato de ser praticamente impossível enxergar, enterrado neles, o elo com o significado original da palavra que lhes deu origem, o substantivo latino "volumen".

Parente do verbo "volvere", "volumen" queria dizer "rotação, movimento giratório". O botão dos equipamentos de som que giramos para ajustar o volume pode parecer parte da explicação, mas não passa de uma pista falsa, também chamada coincidência.

O percurso que fez o "volumen" até chegar aos sentidos atuais de volume começa com o rolo de papiro da Antiguidade. Ali estava o "movimento giratório" nomeando, por metonímia, o livro cilíndrico que era preciso desenrolar para ler.

Só alguns séculos mais tarde, quando a palavra já havia se desapegado do rolo primitivo para encarnar na era dos livros encadernados que prescindem de qualquer movimento de rotação, é que o volume pôde alçar novos voos, agora nas asas da metáfora.

Passo a palavra ao dicionário etimológico "Merriam-Webster", que conta a seguinte história no verbete sobre o inglês "volume": "No século XVI, 'volume' já tinha adquirido a acepção adicional de 'tamanho ou envergadura' (de um livro), o que levou ao desenvolvimento do sentido geral de 'quantidade, montante ou massa de qualquer coisa'."

A acepção de intensidade do som, encadeada de forma bastante evidente com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas. Segundo o referencial "Trésor de la Langue Française", data de 1761 o primeiro registro do uso de volume nesse sentido.

(RODRIGUES, Sérgio. Cadeia de palavras. Folha de S. Paulo. Em: 2019.)





"Habeas corpus" é uma medida judicial utilizada para garantir a liberdade de um indivíduo. Da passagem "Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um habeas corpus." (1º§), infere-se que metáforas e metonímias são processos capazes de promover a

- inversão dos significados.
- restrição dos significados.
- ampliação dos significados. OPÇÃO CORRETA.
- adequação dos significados.

Questão 22

Considerando a etimologia e as múltiplas acepções dos termos "cadeia" e "volume", pode-se reconhecer neles o fenômeno da:

- Sinonímia.
- Paronímia.
- Polissemia. OPÇÃO CORRETA.
- Homonímia.

Questão 23

Considerando as informações e os exemplos apresentados ao longo do texto, é correto afirmar que os termos que melhor definem metáfora e metonímia são, respectivamente:

- Sequência e omissão.
- Exagero e contradição.
- Suavização e repetição.
- Similaridade e substituição. OPÇÃO CORRETA.

Questão 24

De acordo com o texto, o sentido mais moderno do termo "volume" é:

- Movimento giratório.
- Quantidade de matéria.
- Amplitude das ondas sonoras. OPÇÃO CORRETA.
- Espaço ocupado por um corpo.

Questão 25

Releia o 4º§: "Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade)." Assim como no exemplo destacado, a metonímia (parte pelo todo) também pode ser identificada em:

- Por favor, me passe o sal.
- Tenho quatro bocas para sustentar. OPÇÃO CORRETA.
- O francês domina a arte da culinária.
- O habeas corpus será julgado pelo STF.

Questão 26

O autor utilizou uma metáfora para caracterizar as ações dos processos metafóricos e metonímicos na linguagem, como se pode comprovar em:

- "São o tempo e o vento do mundo [...]" (9º§) − OPÇÃO CORRETA.
- "[...] o volume pôde alçar novos voos, [...]" (14º§)
- "[...] os sentidos dançam e se reconfiguram." (9º§)
- "[...] a língua faz uso amplo e diversificado: [...]" (7º§)

Questão 27

Em português, a ordem canônica ou ordem direta dos constituintes da oração é sujeito-verbo-objeto (SVO). Dependendo da intencionalidade discursiva do usuário da língua, a ordem desses termos pode ser alterada. Nesse sentido, assinale a alternativa em que ocorreu inversão da ordem direta da frase.

- "Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo 'volume'." (10º§)
- "A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, [...]" (5º§)
- "Bom exemplo disso é a própria palavra 'cadeia', com sua cadeia de sentidos [...]" (1º§)
- "Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, [...]" (4º§) OPÇÃO CORRETA.





No fragmento "[...] praticamente impossível enxergar, enterrado <u>neles</u>, [...]" (11º§), "neles" aponta para o mesmo referente retomado pelo termo destacado em:

- "[...] com a de quantidade ou massa, é a mais recente <u>delas</u>." (16º§)
- "[...] sob <u>sua</u> ação, nada para quieto, os sentidos dançam [...]" (9º§)
- "[...] significado original da palavra que <u>lhes</u> deu origem, [...]" (11º§) OPÇÃO CORRETA.
- "[...] a própria palavra 'cadeia', com <u>sua</u> cadeia de sentidos [...]" (1º§)

Questão 29

Em "[...] já <u>tinha adquirido</u> a acepção adicional de 'tamanho ou envergadura' [...]" (15º§), a locução verbal "tinha adquirido" foi utilizada para indicar um fato

- totalmente concluído no tempo passado.
- passado, mas posterior a outro já ocorrido.
- passado anterior a outro também passado. OPÇÃO CORRETA.
- passado, mas não completamente concluído.

Questão 30

No trecho "Dessa cadeia-sequência, <u>como</u> se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: [...]" (7º§), o conector "como" apresenta valor semântico equivalente ao do elemento coesivo destacado em:

- "Contudo, isso era só o começo." (5º§)
- "Segundo o referencial 'Trésor de la [...]'" (16º§) OPÇÃO CORRETA.
- "[...] mas não passa de uma pista falsa, [...]" (12º§)
- "[...] séculos mais tarde, quando a palavra [...]" (14º§)



